

COLUNA DO CASTELLO

MARCELO PONTES

O Congresso Nacional na berlinda

Sábado, tarde de sol, feijoada no cinematográfico apartamento de um banqueiro, no Jardim Europa, um dos bairros mais caros de São Paulo.

Numa roda de empresários, um só assunto entusiasma: o papel dos políticos e do Congresso Nacional. O presidente de uma empresa brasileira de construção pesada, com grandes obras no exterior, junta dados de várias épocas para compor uma bem articulada crítica ao Congresso.

Puxa na memória a revolução desencadeada no sindicalismo brasileiro com o surgimento da liderança do metalúrgico Luís Inácio da Silva, o Lula, em 1975. Os sindicatos enfrentaram de peito aberto o regime militar, romperam tabus e, resgatando em seu sentido mais fiel um verbo muito desgastado, se modernizaram. Hoje, ninguém tem dúvidas de que o líder Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, sucessor de terceira fornada de Lula, é uma espécie de estadista sindical. Acossado pela recessão, incorporou a luta pelo emprego às campanhas de reivindicações salariais. Conhece o mercado mundial, sentou-se com dirigentes da Ford americana para manter

que há muito dinheiro para investimentos rodando por aí.

O banqueiro está à vontade. Esta é a sua área, a do atacado financeiro. Informa que na recente privatização da YPF, a Petrobrás argentina, houve uma oferta de US\$ 2 bilhões em ações. Sabe de quanto foi a procura dos investidores? Dez vezes mais, US\$ 20 bilhões. E a Argentina, diz o banqueiro, não é nenhuma *brastemp*. O dinheiro vai para onde há regras definidas, estabilidade econômica. O Congresso, conclui o banqueiro, não dá a ajuda necessária para reverter mais rapidamente a crise. E basta um empurrão. A economia brasileira está com o motor de partida ligado, a marcha engrenada.



Terça-feira, 23h, jantar no Piantella, restaurante de Brasília, pelo aniversário do deputado Ibsen Pinheiro, ex-presidente da Câmara.

Estavam presentes alguns dos deputados de maior influência na condução dos trabalhos parlamentares. Pelo peso político daquela mesa comprida comandada por Ibsen, pode-se dizer sem

aberta uma fábrica no Brasil e já foi ao Japão.

O empreiteiro acrescenta à sua análise o esforço dos empresários de todos os setores para se ajustarem à crise. Na marra, cortaram custos, demitiram, fecharam algumas empresas para se manterem vivos e adotaram como uma das raras heranças positivas do falecido governo Collor duas palavras mágicas: qualidade e produtividade, passaporte para abrir picadas na selva da crise.

O Poder Executivo, continua o empreiteiro, também tenta se ajustar, como mostra o esforço do ministro Fernando Henrique Cardoso para pôr a casa em ordem. Corta o Orçamento, negocia o fim do calote dos estados e municípios, monta um cadafalso para levar à execução e à execração públicas o dirigente de banco estatal que cometa o suicídio político e moral de emprestar dinheiro ao seu governador.

E o Congresso? O que faz o Congresso para ajudar o país a sair da crise econômica? À sua própria pergunta, o empreiteiro, homem que viaja com frequência do Chile e México aos Tigres Asiáticos — em 1992, passou 38 vezes por Londres —, responde com uma frase curta e contundente: o Congresso é o atraso.

O banqueiro dono da casa faz uma tradução disso: o Congresso, diz ele, ocupa-se apenas de políticas de varejo e de curto prazo, nunca de um plano de médio e de longo prazos para colocar o Brasil na rota das economias competitivas. Cita

medo de errar que nada de importante para a economia ou qualquer outra área do país passa pelo Congresso sem a participação decisiva daquelas duas dezenas de convidados de vários partidos. A história da feijoada na casa do banqueiro de São Paulo foi narrada para alguns deles.

Não apareceu, obviamente, uma voz que desse o mínimo de razão à queixa dos empresários. O Congresso, dizem os deputados, aprovou tudo que o governo pediu. Se não aprova mais é porque o governo não sabe o que quer, ainda não tem um plano econômico. Acrescentam que há muita injustiça com o deputado Inocêncio Oliveira, presidente da Câmara, por causa dos poços que o Dnocs construiu em propriedades suas. Não havia nada de ilegal nisso. A Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul faz algo semelhante ao que o Dnocs faz.

O máximo que se permitiu de concessão na roda do jantar de Brasília foi que não é normal o fato de se ter que defender o presidente da Câmara de acusações. Ulysses Guimarães e Ibsen Pinheiro não precisaram desse tipo de socorro.

Mas o nó que acaba unindo a feijoada do Jardim Europa ao jantar do Piantella foi o humilde reconhecimento feito pelo líder de um dos três maiores partidos políticos: se o Congresso vem sendo muito atacado hoje é porque está distante da sociedade. É a hora de partir para o ataque e enfrentar o debate.